



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondí Pegliesi - Geraldo do Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walnor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 70.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Tetchy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Antônio Belinati. Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino. Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi. Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Ângelo Vanhoni, Basílio Zanusso, Doutor Rosinha, José Tavares, Jocelito Canto, Nereu Moura, Péricles Mello, Renato Adur e Reny Borsatto (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados, da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senho-

res Deputados).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Declino do meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Declinado o pedido de chamada nominal. Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, continuo requerendo verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Novamente, votando a aprovação da Ata, por interferência do ilustre Deputado Antônio Casemiro Belinati.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

A Ata é aprovada com vinte (20) Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso da sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o apoio formal da Assembléia Legislativa do Paraná, para o movimento desencadeado pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor do jornal "Gazeta do Povo" e OAB/PR, em favor da criação do Tribunal Regional Federal - TRF, da 6.ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição no Paraná e Mato Grosso do Sul.

Requer também, o envio de cópias deste para a direção do jornal e à Presidência da OAB/PR.

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Duílio Genari, Augustinho Zuc-

Curitiba, terça, em 15.08.95

chi. Caíto Quintana, Luiz Cláudio Romanelli, Edgar Bueno, Toti Colaço, Carlos Simões, Joel Coimbra, Basílio Zanusso, Wal-mor Trentini, Algaci Túlio e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Neste momento se encontra no Congresso Nacional o projeto de emenda constitucional que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Curitiba e jurisdição nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, atendendo antiga reivindicação da sociedade paranaense. A campanha encetada pela direção do jornal "Gazeta do Povo" e OAB/PR, deve receber todo o apoio desta Casa de Leis, uma vez que seu nobre objetivo visa atender os interesses da comunidade, dependente dentro do atual sistema da Justiça Federal do TRF, instalado no Rio Grande do Sul.

Minha experiência nesta área, marcada pelos dois mandatos de Deputado Federal, inclusive Constituinte, permitem que reivindique dos nobres Colegas o apoio a esta importante campanha. A Justiça Federal instalada em Londrina e Foz do Iguaçu, é conquista da qual tive participação enquanto estava a serviço do povo do Paraná na Câmara Federal. Na elaboração da Constituição de 1988, já entendia a necessidade de criação de um TRF, com sede em Curitiba, mas o momento então não era propício. Agora, já com projeto de emenda em andamento, estamos mais próximos de sua concretização.

A união de todos os Deputados Estaduais do Paraná, em torno deste objetivo, valorizando o que já se conseguiu até agora e reforçando, junto às Lideranças de seus Partidos no Congresso e premência na aprovação do projeto de emenda, certamente dará ao nosso Estado a independência na área da Justiça Federal que tanto precisamos.

REQUERIMENTO N° 2238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Oswaldo Pereira Lima.

Pessoa com grande círculo de amizades, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Ricardo Kosatk, 194, Núcleo David Federmann, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Haddad.

Pessoa com grande círculo de amigos, ex-funcionário público federal, deixa amigos e parentes enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Alcides da Silva Rocha, Jd. América, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2230

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Presidente do Paraná Clube, Ocimar Batista Bolicenho, pela conquista, dia 06 último, do Título de Campeão Paranaense de Futebol de 1995, que somados aos títulos já conquistados anteriormente em 1994 e 1993, o fazem tricampeão de futebol do nosso Estado. Trata-se de um homem sério, capaz, trabalhador, que soube dirigir com competência o Paraná Clube e levá-lo à conquista tão importante.

Ressalte-se o bom plantel, a direção técnica, o suporte clubístico invejável de sua equipe, mas seu carisma e jovem entusiasmo, souberam transformar este potencial em resultado popular, vitorioso, vencedor. É um homem que dignifica nosso futebol, viabiliza o futuro e faz sonhar com novas etapas e novos títulos para sua torcida e para todos os paranaenses que amam o esporte da bola de campo. Tomara que o futebol multiplique lideranças desta qualidade, mantenha em atividade valores deste porte, para que possamos aprimorar cada vez mais a prática do futebol, como esporte de massa, como gerador de riquezas, como orgulho nacional.

Parabéns ao Presidente Ocimar Batista Bolicenho e o reconhecimento desta Casa de Leis, que retrata a vontade de seu povo!

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Caixa Econômica Federal, agência Ponta Grossa, pela Campanha que está sendo realizada para o garoto Henrique Grissai.

A Caixa Econômica Federal de Ponta Grossa, começou esta Campanha, com o in-

tuito de ajudar o garoto Henrique que necessita de uma operação, para poder sobreviver, cujo custo é elevado (100.000,00). Ele é portador de leucemia linfóide aguda com cromossoma Filadélfia positivo, necessitando de um transplante de medula óssea.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Caixa Econômica Federal, agência Ponta Grossa, à Rua Cel. F. Ribas, 200, em Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2235

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações, com a Associação dos Amigos dos Meninos Cantores de Campo Largo, Prefeitura Municipal e Associação Municipal de Campo Largo, Caixa Econômica Federal e Federação dos Meninos Cantores do Brasil, pela magnífica apresentação dos Meninos Cantores da Bélgica, em conjunto com os Meninos Cantores de Campo Largo, no último dia 9, na Casa da Cultura de Campo Largo.

Os Meninos da Bélgica vieram a convite dos Meninos de Campo Largo, com o apoio dos órgãos acima mencionados e, sem dúvida, o show apresentado se constituiu num grande evento cultural.

Em anexo, histórico da formação do coro dos Meninos Cantores de Campo Largo e dos Meninos Cantores da Bélgica.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição que da mesma seja dado conhecimento aos titulares da Associação dos Meninos Cantores de Campo Largo, ao Senhor Prefeito Municipal e Presidente da Associação Comercial de Campo Largo, ao Senhor Diretor da Caixa Econômica Federal e Senhor Celso Fortes, Presidente da Federação Nacional dos Meninos Cantores do Brasil e ainda ao Diretor do Jornal "Folha de Campo Largo" pela excelente cobertura do evento.

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2236

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia, na forma regimental, a presente proposição que REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de congratulações com a Associação Brasileira de COHABs - ABC, pela posse de sua nova diretoria, ocorrida no dia 11 último.

A nova diretoria tem como Presidente o

Curitiba, terça, em 15.08.95

Engenheiro Ivo Mendes Lima, Presidente da COHAB-CT e que pelo trabalho que vem desenvolvendo frente a mesma, mereceu essa investidura. A Associação Brasileira de COHABs - ABC, congrega 44 Companhias de Habitação de todo o País.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado ciência à diretoria empossada, na pessoa de seu Presidente, Dr. Ivo Mendes Lima.

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Deni Schwartz, para que se proceda asfaltamento, com lama asfáltica, dentro do Programa "Estrada do Saber", na estrada principal que liga as localidades de Linha Duque de Caxias e Piacentini, e Comunidade de São Caetano, com extensão total de 7.800 metros.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, e o Vereador Oradi Caldato.

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Referido trecho atende todos os requisitos do Programa "Estrada do Saber", engloba população de centenas de estudantes e é também de grande importância ao escoamento das safras agrícolas.

A obra é extremamente necessária para o Município de Pato Branco, que reivindica atenção especial da Secretaria de Estado de Transportes, em Convênio com a Prefeitura Municipal de Pato Branco.

REQUERIMENTO N° 2227

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. Garibaldi - Ahú, que solicitam a instalação de um telefone público com cartão no Shopping Garibaldi, para que possam fazer ligações interurbanas.

Sala das Sessões, em 15.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2228

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria

Curitiba, terça, em 15.08.95

de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos moradores da linha de ônibus Campo Largo, que pedem maior número de ônibus pela manhã e no sábado.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2229

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Botiatuba - Almirante Tamandaré, que pedem a instalação de um telefone público na rua Wadislau Bugalski, n° 75, em frente ao Mini Mercado Musato. Segundo os moradores, esse telefone será de grande importância.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Candido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores José Antonio de Castro, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686); Vereador José Cirilo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar - cj. 101, Ed. Centro Comercial Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Cruzeiro do Oeste possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranquilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança

e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvío Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Vila Alta, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado a Senhora Dayse Meire Jardim, Prefeita Municipal de Vila Alta (Av. Tupi, s/n); ao Vereador Geraldo Pedroso, Presidente da Câmara Municipal (Rua J. B. Rodrigues, s/n) CEP 87516-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos Municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Vila Alta, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvío Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Alto Piquiri, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Elias Pereira da Silva, Prefeito Municipal de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, 315); ao Vereador José Wilson da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 315) CEP 87580-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos Municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Alto Piquiri no referido projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção nos Anais da Casa, de artigo publicado na imprensa da Capital, sob o título "Justiça e equidade", de autoria do Delegado da Polícia Civil do Paraná e titular da Delegacia de Ordem Social na Capital, Dr. Silvan Rodney Pereira.

Com propriedade e clareza, o autor traça um perfil do policial e da colocação da instituição policial perante o contexto constitucional atual, que, realmente, merece integrar os Anais desta Casa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Dr. Silvan Rodney Pereira, na Delegacia de Ordem Social da Capital.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 307/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita no município a respectiva população decida sobre a criação do Município de Patos Velhos, nas divisas seguintes:

1 - Com o Município de Prudentópolis

Inicia na encosta da Serra Esperança no Rio da Terra Cortada, desce por esta até a sua foz no Rio dos Patos, desce por esta até a foz do Rio Ordenança, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pelo ponto de costas altimétricas aproximadas 908m, 903m, 902m, até encontrar uma estrada, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o divisor de Águas do Rio Bonsucesso e Rio São Miguel;

2 - Com o Município de Imbituva

Inicia no encontro de uma estrada com o divisor de Águas do Rio Bonsucesso e Rio São Miguel, segue por esta passando pelo ponto de costas altimétricas 904m, 905m, 927m, 976m, até encontrar a cabeceira do Rio das Coxas;

3 - Com o Município de Irati

Inicia no divisor de Águas do Rio Bonsucesso e Rio São Miguel com a cabeceira do Rio das Coxas, desce por esta até a sua foz no Rio Guabiroba, desce por esta até a sua foz no Rio da Ponte Alta, desce por esta até encontrar uma linha seca leste oeste que parte do Rio dos Patos, segue por esta na direção geral sudoeste até encontrar o Rio dos Patos, sobe por esta até encontrar a Encosta da Serra Esperança;

4 - Com o Município de Guarapuava

Curitiba, terça, em 15.08.95

Inicia no Rio dos Patos na Encosta da Serra Esperança, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o Rio da Terra Cortada.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) JOÃO TECHY

PROJETO DE LEI N° 308/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita no município a respectiva população decida sobre a criação do Município de Jaciaba, nas divisas seguintes:

1 - Com o Município de Cândido de Abreu

Inicia na foz do Rio Belo no Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Rio Barra Grande;

2 - Com o Município de Prudentópolis

Inicia no Rio Ivaí na foz da Barra Grande, sobe por este até encontrar a encosta da Serra da Esperança;

3 - Com o Município de Guarapuava

Inicia no Rio da Barra Grande na encosta da Serra da Esperança, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o Rio São Francisco desce por este até encontrar uma linha seca leste-oeste que parte do Rio Marrecas;

4 - Com o Município de Turvo

Inicia na linha seca leste-oeste que parte do Rio Marrecas com o Rio São Francisco, segue por esta passando pelos pontos de costas altimétricas aproximadas 1168m, 1145m, 1080m, 1078m, 1042m, até a cabeceira do Arroio Faxinal Boa Vista ou da Zona Colonizadora, desce por esta até a sua foz no Rio Marrecas, desce por esta até a sua foz no Rio Belo, desce por esta até a sua foz no Rio Ivaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.95.

(a) JOÃO TECHY

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Techy, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Dire-

toria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Guaíra, com sede e foro na Cidade de Guaíra e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/95, de autoria do Deputado Edgard Bueno, que declara de Utilidade Pública a União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer - UOPECCAN, com sede e foro no Município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 256/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/95, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP/BR/PR, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank de Assistência a Excepcionais Portadores de Deficiência Física Não Sensorial, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 264/95, de autoria do Deputado Eduardo L. Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim da Figueira, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 2226, de auto-

ria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2227 a 2230, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2237, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Edgard Bueno e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2233, 2238 e 2239, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2234, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimentos n°s 2235 e 2236, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2240, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Requerimento n° 2218, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Vanhoni, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

Requerimentos n°s 2241 a 2243, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2211, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito a V. Exa. que dê ciência ao Plenário do teor do requerimento do Deputado Romanelli.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Lê a súmula do requerimento)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 167, 181, 215, 220 e 289/95.

Levanta-se a sessão.

"JUSTIÇA E EQUIDADE"

Silvan Rodney Pereira

Transcrição:

Sob o título "O Direito do Século XIX" o jornal O Estado de São Paulo publicou, no alvorecer do século, magnífico trabalho em que o eminente jurista e filósofo Pedro Lessa, após retrair a evolução por que haviam passado no mundo os vários ramos do Direito, declarava que a síntese retrospectiva que acabava de fazer deveria infundir alentos e esperanças. Dizia ele, a respeito do século XIX, que "Não obstante em seus erros e os seus crimes, nunca, em período da história, os homens gozaram de mais liberdade política e civil; nunca a personalidade humana foi mais respeitada; nunca os direitos em geral foram menos violados; nunca as guerras foram mais espaçadas; nunca as lutas entre os indivíduos e entre as nações tiveram um caráter menos selvagem".

Anos mais tarde, em 1922, o insigne advogado e jornalista Plínio Barreto, retomando, por motivo das comemorações do centenário da independência, o mesmo tema, mas restringindo-se à evolução do Direito Público, mostrava que "dentro das fronteiras nacionais o Direito, em todos os seus ramos e no aparelhamento dos meios de ação, seguiu sempre, portanto, de 1922 até o dia de hoje, uma linha progressista ininterrupta".

Das escolas, dos centros de estudo, do espírito dos juristas cresceu e frondeou a grande árvore, deitando os ramos floridos pelas janelas e dentro das assembleias e repartições governamentais e derramando na massa geral da população, com o perfume de suas emanções, a fecundidade de suas sementes. Hoje a sombra protetora, que cai da copa imensa, já cobre a nação inteira..." Assinalava ainda mais: "Da Constituição de 1824, até a Constituição atual (de 1891), é formidável o que se conquistou no terreno do liberalismo.

Vivem aqui tranquilamente todos os homens da terra e cada um, tranquilamente, segue o credo que escolheu".

Após essa leitura, temos a impressão de que o paraíso é possível e já existiu um dia.

Sem dúvida, é na Constituição do Império e nos atos que, posteriormente o modificaram, que vamos encontrar a fonte e o motor principal da nossa evolução jurídica. De fato, a Constituição de 1822, já continha uma disposição no sentido de que se elaborassem, quanto antes, um Código Civil e, posteriormente, um Criminal.

Se o Código Civil surgiu quase cem anos depois, o Penal foi promulgado ao cabo de seis anos, 1830, logo depois seguido do Código de Processo Criminal.

Daqui por diante, observaremos a progressão paralela dos direitos Constitucional e Penal, explicável pela íntima correlação entre as normas punitivas e o direito político, pois foi, sem dúvida, o espírito de combate ao absolutismo que determinou a inclusão dos princípios gerais de Direito Penal nas Constituições políticas.

Mas, no início do século, a evolução dos fatos pertinentes a um estado de insatisfação das elites dirigentes, provocaram grandes transformações no processo evolutivo jurídico.

Eram as grandes guerras.

Nesse período, o direito tende a preservar os interesses do Estado, em detrimento dos direitos do homem comum.

Então, tudo o que se tinha conquistado em prol da dignidade do cidadão, foi corroído por um novo ordenamento jurídico, circunstancialmente necessário para o posicionamento de processos ideológicos.

No Brasil, esse processo foi mar-

cante por ocasião de revolução de 1964.

A instituição policial, originariamente civil e criada para preservar e garantir ao homem seus direitos e garantias, passou a ser utilizada como instrumento de força e repressão política.

A Constituição Federal foi retalhada e remendada.

O policial, homem tirado do povo para esta função, portanto, também povo, se vê, de repente, combatendo seu igual (operário, estudante, político, religioso etc...) e quase, que, inconscientemente, envolvido num direcionamento de trabalho predatório de idéias e manifestações.

A polícia ganhou péssima imagem.

Nesse período de exceção, a arbitrariedade e a corrupção degeneraram, a ponto de se tornarem quase institucionalizadas. As leis não são cumpridas, embora às vezes legisladas com roupagem de boas intenções.

Hoje, há um aparente retorno à normalidade, ou seja, a sensação de que o paraíso é possível.

Homens se arvoram em padrinhos de um novo ordenamento jurídico.

Entendemos que esta nova colocação faz parte de um processo natural de recuperação.

A instituição Policial retoma suas originais e reais obrigações. Sente alicuidade para se relacionar com a sociedade. Acostumou-se a "lutar com saúde". Seus membros ainda tateiam com respeito aos seus deveres.

Num futuro próximo, talvez possamos defender uma legislação fundada nas sólidas bases da justiça e equidade, que correspondam às idéias dominantes e às necessidades dos novos tempos.

(*) Silvan Rodney Pereira é Delegado da Polícia Civil do Paraná e titular da Delegacia de Ordem Social na capital.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 13ª Reunião Ordinária

Aos oito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Basílio Zanusso, Edgard Bueno, Toti

Colaço, Luiz Cláudio Romanelli, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, Walmor Trentini, José Tavares, Nelson Justus e Antonio Belinati. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas das reuniões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 259/95 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 02) Projeto de Lei n.º 221/95 do Deputado Marcos Alves. Relator Deputado Emerson Nerone, requer diligência junto à Secretaria de Educação - DEFERIDO;

Curitiba, terça, em 15.08.95

03) Projeto de Lei n° 169/95 do Deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 245/95 do Deputado Edgard Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 247/95, do Deputado Emerson Nerone. Concedido vistas ao Deputado José Tavares; 06) Projeto de Lei n° 266/95, do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 244/95, do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 264/95, do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO. 09) Projeto de Resolução n° 32/95, do Deputado Renato Adur. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 10) Projeto de Resolução n° 11/95, do Deputado Anibal Khury e João Tecchy. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 11) Projeto de Lei n° 210/95, do Deputado João Tecchy. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO, com voto separado do Deputado Emerson Nerone; 12) Projeto de Lei n° 262/95, do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 196/95, do Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 14) Projeto de Resolução 28/95, do Deputado Caíto Quintana. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 15) Projeto de Resolução n° 29/95, do Deputado Caíto Quintana. Concedido vistas ao Deputado Emerson Nerone; 16) Projeto de Lei n° 227/95, do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 62/95, do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 93/95, do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Tavares - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 256/95, do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

13.^a COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Presidente Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes Deputados, Basílio Zanusso, Sâmis da Silva e Jocelito Canto. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia, 01) Projeto de Lei n° 148/95 de autoria do Deputado Carlos Simões. Com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Accorsi - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 171/95 de autoria do Deputado Toti Colaço. Com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Accorsi - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 17/95 de autoria do Deputado Dr. Rosinha. Com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Sâmis da Silva - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 033/95 de autoria do Deputado Caíto Quitana. Com PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Accorsi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 333/95

conceder aposentadoria proporcional, a pedido, a Carlos Fornaroli, matrícula n° 40.016, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A" nos termos do art. 35, inciso III, letra "c", da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais a seu cargo efetivo, acrescido de três (03) quinquênios, de acordo com o art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6170/70, calculados em conformidade com a Resolução n° 7894/91 do Tribunal de Contas do Estado, resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. n° 4160/95)

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.06.95

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - 1° Secretário
NELSON GARCIA - 2° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E :

PORTARIA N° 125/95

manda contar, para todos os efeitos legais, em favor de Dorival Caetani, matrícula n° 40271, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, o tempo de um (01) ano, um (01) mês e quatorze (14) dias, período compreendido entre 17.03.87 e 01.05.88, nos termos do art. 35 e parágrafo 2° da Constituição Estadual em que exerceu cargo em Comissão, símbolo 4-C, no Gabinete do Deputado Orlando Pessuti.

(Prot. n° 3886/95)

PORTARIA N° 126/95

Curitiba, terça, em 15.08.95

mandar retificar o nome da funcionária Luciana Cecilia Ribeiro da Costa, contratada pelo Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", em todos os assentamentos funcionais, que por força de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3.ª Vara de Família da Capital transitada em julgada em 06.01.95, passou a chamar-se Luciana Cecilia da Costa Abi Saab.

(Prot. n° 6086/95)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.08.95

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

REF - SCM245
PÁG - 1
DATA- 30.06.95 |

CELEPAR
FINANCEIRO
BO9

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM
BALANCE F I N A N C E I R O
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ATÉ O MÊS

NO MÊS

R E C E I T A

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

. Receita Tributária	0,00	0,00
. Receita de Contribuições	0,00	0,00
. Receita Patrimonial	0,00	0,00
. Receita Agropecuária	0,00	0,00
. Receita Industrial	0,00	0,00
. Receita de Serviços	0,00	0,00
. Transferências Correntes	3.540.000,00	24.060.000,00
. Outras Receitas Correntes	0,00	1.543,72
	3.540.000,00	24.061.543,72

RECEITAS DE CAPITAL

. Operações de Crédito	0,00	0,00
. Alienação de Bens	0,00	0,00
. Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
. Transferências de Capital	120.000,00	220.000,00
. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
	120.000,00	220.000,00
	3.660.000,00	24.281.543,72

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

. Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
. Depósitos de Diversas Origens	7.994,82	344.916,69
. Depósitos Extraordinários	1.113.414,58	7.643.537,47
. Acordos e Convênios	0,00	0,00
. Contas a Regularizar	0,00	0,00
. Outras Operações	0,00	0,00
	1.121.409,40	7.988.454,16

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

. Caixa	0,00	0,00
. Bancos - Conta Movimento	13.777.667,73	5.373.637,82
. Bancos- Conta Vinculada	0,00	0,00
. Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00
. Conta Poupança	0,00	0,00
	13.777.667,73	5.373.637,82

37.643.635,70 |

18.559.077,13

T O T A L

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM
 BALANCEIRO
 B09
 ORÇÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 D E S P E S A NO MÊS
 ATÉ O MÊS
 REF - SQ245
 PÁG - 2
 DATA- 30.06.95

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES				
. Despesas de Custeio	2.668.939,44		13.680.643,26	
. Transferências Correntes	831.133,01	3.500.072,45	5.053.429,21	18.734.072,47
DESPESAS DE CAPITAL				
. Investimentos	63.971,86		123.614,91	
. Inversões Financeiras	0,00		0,00	
. Transferências de Capital	0,00	63.971,86	0,00	123.614,91

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR				
. Pagamentos	0,00		248.924,00	
. Cancelamentos	0,00		1.543,72	250.467,72
Débitos de Tesouraria	0,00		0,00	
Depósitos Div.Origens	0,00		0,00	
Dep. Extraordinários	1.082.622,17		4.623.069,95	
. Acordos e Convênios	0,00		0,00	
. Contas a Regularizar	0,00		0,00	
. Outras Operações	0,00	1.082.622,17	0,00	4.873.537,67

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

Caixa	0,00		0,00	
Banco Conta Movimento	13.912.410,65		13.912.410,65	
Banco Conta Vinculada	0,00		0,00	
Conta Aplicações Financeiras	0,00		0,00	
Conta Poupança	0,00	13.912.410,65	0,00	13.912.410,65
TOTAL		18.559.077,13		37.643.635,70

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO-SCM
 B A L A N C E T E F I N A N C E I R O
 ÓRGÃO - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
 B09

REF - SCM245
 PÁG - 1
 DATA- 31.07.95

ATÉ O MÊS

NO MÊS

R E C E I T A

ORÇAMENTÁRIA

.RECEITAS CORRENTES

. Receita Tributária	0,00	0,00
. Receita de Contribuições	0,00	0,00
. Receita Patrimonial	0,00	0,00
. Receita Agropecuária	0,00	0,00
. Receita Industrial	0,00	0,00
. Receita de Serviços	0,00	0,00
. Transferências Correntes	3.795.000,00	27.855.000,00
. Outras Receitas Correntes	0,00	1.543,72
	3.795.000,00	27.856.543,72

RECEITAS DE CAPITAL

. Operações de Crédito	0,00	0,00
. Alienação de Bens	0,00	0,00
. Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
. Transferências de Capital	0,00	220.000,00
. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
	0,00	220.000,00
	3.795.000,00	28.076.543,72

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

. Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
. Depósitos de Diversas Origens	6.272,86	331.189,55
. Depósitos Extraordinários	2.144.374,62	9.787.912,09
. Acordos e Convênios	0,00	0,00
. Contas a Regularizar	0,00	0,00
. Outras Operações	0,00	0,00
	2.150.647,48	10.139.101,64

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

. Caixa	0,00	0,00
. Bancos - Conta Movimento	13.912.410,65	5.373.637,82
. Bancos- Conta Vinculada	0,00	0,00
. Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00
. Conta Poupança	0,00	0,00
	13.912.410,65	5.373.637,82

T O T A L

19.858.058,13

43.589.283,18

REF - SQ4245
PÁG - 2
DATA- 31.07.95

CELEPAR
FINANCEIRO
B09

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO- SCM
BALANCE F I N A N C E I R O
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

ATÉ O MÊS

NO MÊS

D E S P E S A

ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS CORRENTES				
Despesas de Custeio	2.460.738,16	16.141.381,42		
Transferências Correntes	960.368,40	6.013.797,61		22.155.179,03
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	22.687,84	146.302,75		
Inversões Financeiras	0,00	0,00		
Transferências de Capital	0,00	0,00		146.302,75

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR				
Pagamentos	0,00	248.924,00		
Cancelamentos	0,00	1.543,72	250.467,72	
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00		
Depósitos Div.Origens	0,00	0,00		
Dep. Extraordinários	2.281.019,34	6.904.089,29		
Acordos e Convênios	0,00	0,00		
Contas a Regularizar	0,00	0,00		
Outras Operações	0,00	0,00	6.904.089,29	7.154.557,01

SALDOS PARA O MÊS SEQUINTE

Caixa	0,00			
Banco Conta Movimento	14.133.244,39	14.133.244,39		
Banco Conta Vinculada	0,00	0,00		
Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00		
Conta Poupança	0,00	14.133.244,39		14.133.244,39
TOTAL	19.858.058,13			43.589.283,18